

20-4-16

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARÁ II S.A.

celebrado entre

USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARÁ II S.A.,
como Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

**VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA.,
SERRA PARÁ PARTICIPAÇÕES S.A. e
SERRA PARÁ I PARTICIPAÇÕES S.A.**
como Acionistas

Datado de
15 de abril de 2016

2014-2015

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARÁ II S.A.

Pelo presente instrumento,

I – Na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARÁ II S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, no Lote 48, Vila Pará, Zona Rural, CEP 59663-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 20.318.810/0001-06, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”):

II – Na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4200, Bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (“Debenturistas”), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento (“Agente Fiduciário”):

III – Na qualidade de Acionistas, diretas ou indiretas, da Emissora:

VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina nº 135, Botafogo, CEP 22251-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.351.042/0001-89, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento (“Voltalia Ltda.”):

SERRA PARÁ PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista nº 275, 1º andar, CEP 04532-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.872.208/0001-33, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento (“Serra Pará”); e

SERRA PARÁ I PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista nº 275, 1º andar, CEP 04532-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.902.631/0001-39, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Serra Pará I") e, em conjunto com Voltalia Ltda. e Serra Pará, "Acionistas");

(a Emissora, o Agente Fiduciário e as Acionistas doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte")

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará II S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora e da Serra Pará

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada pela Companhia com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15 de abril de 2016 ("AGE da Companhia"), na qual foram deliberadas:

(i) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições;

(ii) a aprovação da cessão fiduciária dos direitos creditórios da Companhia oriundos (a) da respectiva Autorização MME (conforme definido abaixo), (b) dos Contratos do Projeto (conforme definido abaixo), firmados pela Companhia, (c) dos Contratos de Energia (conforme definido abaixo), firmados pela Companhia e (d) dos Seguros contratados pela Companhia, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 4.14.1(ii) abaixo); e

(iii) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1.2. A alienação fiduciária das ações de emissão da Emissora foi aprovada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Serra Pará, realizada em 15 de abril de 2016, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido 4.14.1(i) abaixo).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Rio Grande do Norte ("Junta Comercial") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no Jornal Tribuna do Norte, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações ("Jornais de Publicação da Companhia").

2.1.2. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na Junta Comercial, bem como serão publicados nos Jornais de Publicação da Companhia.

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. A Emissão poderá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e

Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento do quanto aqui previsto, até o envio do comunicado de encerramento da oferta.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP; e
- (iii) as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.3(ii) abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir de cada data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Complexo Eólico Serra Pará

2.5.1. A Emissora e as Outras SPEs (conforme definido abaixo) foram autorizadas a construir, implantar e explorar um complexo eólico formado por 4 (quatro) centrais geradoras eólicas e respectivas instalações de linhas de transmissão, quais sejam: (i) “EOL Vila Pará I”, o qual terá previsão de geração de até 30 (trinta) MW de capacidade instalada, (ii) “EOL Vila Pará II”, o qual terá previsão de geração de até 30 (trinta) MW de capacidade instalada; (iii) “EOL Vila Pará III”, o qual terá previsão de geração de até 30 (trinta) MW de capacidade instalada; e (iv) EOL Vila Amazonas V”, o qual terá previsão de geração de até 30 (trinta) MW de capacidade instalada, todas localizadas em Vila Pará, município de Serra do Mel – RN (todas em conjunto, o “Complexo Eólico Serra Pará”); sendo a (i) Vila Pará I autorizada por meio da Portaria nº 445, de 28 de agosto de 2014; (ii) Vila Pará II autorizada por meio da Portaria nº 439, de 25 de agosto de 2014; (iii) Vila Pará III autorizada por meio da Portaria nº 459, de 2 de setembro de 2014; e (iv) Vila Amazonas V autorizada por meio da Portaria nº 432, de 21 de agosto de 2014, conforme alteradas de tempos em tempos, todas expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (cada uma, uma “Autorização MME” e, em conjunto “Autorizações MME”).

2.5.2. Para fins desta Escritura de Emissão, “Contratos do Projeto” significam os contratos operacionais e contratos de fornecimento referentes à execução do Projeto (conforme definido abaixo), listados no Anexo I a esta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a exploração e a geração de energia elétrica de fonte eólica, a ser desenvolvida no parque eólico denominado “Vila Pará II”, com potencial de geração de até 30 (trinta) MW, o qual integra o Complexo Eólico Serra Pará.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 57.500.000,00 (cinquenta e sete milhões de quinhentos mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Emissão”).

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures nos termos do “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Usina de Energia Eólica Vila Pará II S.A.” (“Contrato de Distribuição”), a ser celebrado entre a Emissora, o Banco BNP Paribas Brasil S.A. (“BNP”), na qualidade de coordenador líder, e o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander” e, em conjunto com o BNP, “Coordenadores”).

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar

conjuntamente, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM nº 539" e "Instrução CVM nº 554", respectivamente), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

(i) "Investidores Profissionais": (a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (e) fundos de investimento; (f) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (g) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (h) investidores não residentes; e

(ii) "Investidores Qualificados": (a) Investidores Profissionais; (b) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (c) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (d) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.5.3.1. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Profissional e que: (i) possui conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores; (ii) é capaz de entender e ponderar os riscos

financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais; (iii) possui investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (iv) está ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base de dados da ANBIMA, na forma da Cláusula 2.3.2 acima; (v) está ciente de que as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (vi) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido na Cláusula 4.14.1.1 abaixo).

3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Profissionais que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Profissionais neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais apenas.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.10. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A. e o escriturador será a Itaú Corretora de Valores S.A., ambas instituições financeiras com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.500, 3º andar, CEP 04538-132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ("Banco Liquidante") e

“Escriturador”), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados na estruturação, no desenvolvimento, na implantação, na geração e na exploração de energia elétrica (incluindo a infraestrutura e rede elétrica) de fonte eólica, a ser desenvolvida no parque eólico denominado “Vila Pará II” (“Projeto”), de acordo com o cronograma de investimentos previsto nos Contratos do Projeto, bem como para gastos relacionados ao Projeto e custos e despesas relativas ao Financiamento de Longo Prazo.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de abril de 2016 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, conforme previsto nas Cláusulas 4.13. e 4.14. abaixo.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de abril de 2017 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante de Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula VI desta Escritura de Emissão, ou do Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura de Emissão, conforme aplicável. Por ocasião da Data de Vencimento ou nas hipóteses de Resgate Antecipado e do Evento de Vencimento Antecipado, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.2. abaixo.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 5.750 (cinco mil setecentos e cinquenta) Debêntures.

4.2. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Cláusula 4.2.3 abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures”): (i) 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Integralização (inclusive) até 1 de dezembro de 2016 (exclusive) ou até a data do efetivo pagamento das Debêntures resultante de Resgate Antecipado ou de Amortização Extraordinária Parcial, nos termos da Cláusula VI desta Escritura de Emissão, ou do Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura de Emissão, conforme aplicável (“Sobretaxa Original”); e (ii) 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde 1 de dezembro de 2016 (inclusive) até a Data de Vencimento ou até a data do efetivo pagamento das Debêntures resultante de Resgate Antecipado ou de Amortização Extraordinária Parcial, nos termos da Cláusula VI desta Escritura de Emissão ou do Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura de Emissão, conforme aplicável. A Remuneração referente à Sobretaxa Original será incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em 1 de dezembro de 2016 (“Data de Incorporação da Sobretaxa”). Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI \times FatorSpread - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI_k , da Data de Integralização (inclusive) ou da Data de Incorporação da Sobretaxa (inclusive), conforme o caso, até a data de cálculo (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na Data de Integralização (inclusive) ou da Data de Incorporação da Sobretaxa (inclusive), conforme o caso, até a data de cálculo (exclusive), sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = (i) 2,7000 (dois inteiros e setenta décimos de milésimos) para o período compreendido entre a Data de Integralização (inclusive) e 1 de dezembro de 2016

(exclusive); ou (ii) 3,500 (três inteiros e cinquenta décimos de milésimos), para o período compreendido entre 1 de dezembro de 2016 (inclusive) e a Data de Vencimento ou até a data do efetivo pagamento das Debêntures resultante do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, a Data de Incorporação da Sobretaxa ou o último evento, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “ n ” um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.1. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.2.2.2. abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.2.2.2. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI, será utilizada então a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos

últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de 12 (doze) meses, desde o Dia Útil seguinte do fim do prazo de 10 (dez) dias mencionado acima até a Data de Vencimento, amortização ou resgate, conforme aplicável.

4.2.3. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados declarados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado, de Amortização Extraordinária Parcial e de Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme aplicável. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures poderá ser parcialmente amortizado na data de Amortização Extraordinária Parcial, de acordo com o previsto na Cláusula VI da Escritura de Emissão.

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração das Debêntures será paga em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado, de Amortização Extraordinária Parcial e de Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme aplicável.

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures e, sempre que factível de acordo com os procedimentos da CETIP, quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese

em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die* sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição

4.8.1. As Debêntures serão integralmente subscritas pelos Debenturistas na data prevista no Contrato de Distribuição e integralizadas, observado o disposto na Cláusula 4.8.2. abaixo, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.8.2. As Debêntures serão totalmente integralizadas à vista, em moeda corrente nacional em uma única data, e pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e do Contrato de Distribuição ("Data de Integralização").

4.9. Repactuação Programada

4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.10. Publicidade

4.10.1. Nos termos do disposto nos itens III, IV e VI do artigo 17 da Instrução CVM 476, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.voltalia.com/?p=19105>), sendo certo que os editais de convocação e as atas de assembleias gerais de debenturistas deverão ainda, além da publicidade acima descrita, ser publicadas nos Jornais de Publicação da Companhia ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.11. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.11.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP.

4.12. Imunidade de Debenturistas

4.12.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.13. Garantia Fidejussória

4.13.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Voltalia S.A., sociedade constituída e validamente existente de acordo com a legislação francesa, com sede na 28 Rue Mogador, 75009, Paris, França, registrada sob o nº 485 182 448 RCS Nanterre, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.477.084/0001-60 ("Garantidora" ou "Voltalia") presta, em documento apartado, regulado pelas leis da França ("Letter of Guarantee"), garantia aos Debenturistas, na pessoa do Agente Fiduciário, que agirá em benefício dos Debenturistas, obrigando-se como garantidora da Emissora e principal pagadora dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.13.2. A *Letter of Guarantee* será prestada pela Garantidora e será devidamente assinada, notariada e formalizada perante as leis da França anteriormente à Data de Integralização, de forma que seja devidamente válida e exequível nos termos da legislação local.

4.13.2.1. Tendo em vista que a *Letter of Guarantee* será regida pela legislação francesa, fica desde já certo e ajustado que a execução da *Letter of Guarantee* será realizada perante os tribunais franceses, pela regência daquela lei. Dessa forma, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures pelo respectivo Debenturista importará a ciência e o consentimento por parte de tal Debenturista com relação à necessidade de excussão da *Letter of Guarantee* perante os tribunais franceses, pela regência daquela lei. Renuncia o Debenturista a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer que seja em âmbito judicial, administrativo ou outro), como a qualquer prejuízo causado pela não adoção da sua excussão pelas leis brasileiras no território nacional, observado que tal renúncia não exclui qualquer tipo de demanda, reclamação ou questionamento perante a Voltalia no âmbito da *Letter of Guarantee*. Ao adquirir as Debêntures, os Debenturistas automaticamente se declaram cientes e de acordo com todos os riscos envolvidos na

adoção deste procedimento, isentando o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao fato, o que não exclui qualquer responsabilidade que a Voltalia venha a ter no âmbito da *Letter of Guarantee*.

4.13.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescida da Remuneração das Debêntures, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão, serão pagos pela Garantidora na mesma data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Garantidora pelo Agente Fiduciário, desde que seja notificada até às 16:00 horas, horário de Paris, França, conforme previsto na *Letter of Guarantee*. Tal notificação só poderá ser emitida, nos prazos e termos desta Escritura de Emissão e na *Letter of Guarantee*.

4.13.4. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora diretamente aos Debenturistas e fora do âmbito da CETIP, por meio de depósito em conta corrente a ser informada na notificação mencionada na Cláusula 4.13.3. acima.

4.13.5. Em caso de inadimplemento nos termos previstos na Cláusula 4.13.3 acima, o Agente Fiduciário encaminhará notificação à Garantidora, via fax através do nº 0031+33 1 44 63 14 50 e para o endereço eletrônico o.cormarie@voltalia.com, para que a Garantidora realize o pagamento devido pela Emissora. Não obstante, a *Letter of Guarantee* poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas, nos termos da *Letter of Guarantee*.

4.13.6. Fica desde já certo e ajustado que a não observância dos prazos para execução da *Letter of Guarantee* não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.13.7. Todas as despesas relacionadas a eventual execução da *Letter of Guarantee* serão de responsabilidade da Emissora e da Garantidora.

4.14. Garantias Reais

4.14.1. Em complemento à *Letter of Guarantee*, as Debêntures também serão garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária da totalidade das ações de titularidade da Serra Pará representativas da totalidade do capital social da Emissora, da Usina de Energia Eólica Vila Pará I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.318.451/0001-89 ("Vila Pará I"), da Usina de Energia Eólica Vila Pará III S.A. ("Vila Pará III"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.318.427/0001-40 e da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.339.203/0001-14 ("Vila Amazonas V", em conjunto com Vila Pará I e Vila Pará III, "Outras SPEs"), quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais

valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora e/ou pelas Outras SPEs, salvo pelo dividendo mínimo obrigatório, inclusive em razão de redução de capital, amortização ou resgate de ações, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Serra Pará, na qualidade de acionista da Emissora e/ou das Outras SPEs, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações ou conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade da Serra Pará, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou das Outras SPEs, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia a ser celebrado entre a Serra Pará, o Agente Fiduciário e a Emissora e as Outras SPEs na qualidade de intervenientes anuentes (“Ações Alienadas” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente); e

- (ii) Cessão fiduciária por meio da qual a Emissora e as Outras SPEs cederão a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes das respectivas Autorizações MME (notadamente aqueles decorrentes de eventuais contratos de compra e venda de energia no mercado livre e dos contratos indicados no item (c) abaixo), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, bem como todos os demais direitos decorrentes da exploração das Autorizações MME e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes das Autorizações MME, bem como eventuais resoluções e/ou despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) que venham a ser emitidas em relação ao Projeto, incluídas as suas subseqüentes alterações, sendo certo que: (i) os recursos recebidos pela Emissora decorrentes destes direitos creditórios (inclusive, sem limitação, decorrentes da antecipação na entrada em operação do Projeto) poderão ser livremente utilizados pela Emissora para pagamentos de custos e despesas operacionais; e (ii) apenas os recursos recebidos pela Emissora decorrentes da antecipação na entrada em operação do Projeto poderão ser livremente utilizados pela Emissora para investimentos (capex) relacionados ao Projeto; (b) todos e quaisquer direitos, inclusive quaisquer indenizações e pagamentos, presentes e/ou futuros, no âmbito dos Contratos do Projeto; (c) todos e quaisquer direitos, inclusive indenizações e pagamentos, presentes e/ou futuros, de titularidade da Emissora e das Outras SPEs no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica e dos contratos de compra e venda de energia elétrica no mercado livre, descritos no Anexo II desta Escritura de Emissão (“Contratos de Energia”); e (d) quaisquer indenizações e pagamentos, presentes e/ou futuros, decorrentes dos seguros indicados no Anexo II desta Escritura de Emissão (“Seguros”) (“Cessão Fiduciária de Direitos

Creditórios”), nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, a ser celebrado entre a Emissora, as Outras SPEs e o Agente Fiduciário, observado o disposto na Resolução Normativa nº 532 da ANEEL, de 14 de janeiro de 2013 (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”).

4.14.1.1. Os Contratos de Garantia, quando em conjunto com a *Letter of Guarantee*, são doravante referidos como “Garantias”.

4.14.2. Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas necessárias para alienar os bens objeto dos Contratos de Garantia, até o limite do valor devido e devolvendo-se imediatamente à Emissora ou às Acionistas ou à Voltalia qualquer valor que sobejar da referida excussão, conforme aplicável, observados os termos e restrições da legislação aplicável. Os termos e condições para liberação das Garantias estarão previstos nos respectivos Contratos de Garantia.

4.14.3. As Garantias serão compartilhadas entre os titulares das Debêntures desta Emissão e das Outras Emissões (conforme definido abaixo), na proporção do saldo devedor desta Emissão e das Outras Emissões, de forma “*pari passu*” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão. Para fins desta Escritura de Emissão: “Outras Emissões” significam as seguintes emissões de debêntures em conjunto: (i) a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Vila Pará I, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Vila Pará I, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará I S.A.”; (ii) a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Vila Pará III, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Vila Pará III, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará III S.A.”; e (iii) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Vila Amazonas V, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Vila Amazonas V, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V S.A.”.

CLÁUSULA V

ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados por todas as Partes e posteriormente arquivados na Junta Comercial.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. A qualquer momento a partir da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Resgate Antecipado Facultativo Total" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente). As Debêntures efetivamente integralizadas pelos Debenturistas serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou da Data de Incorporação da Sobretaxa ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, caso tenha ocorrido uma Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, até a data da efetiva liquidação do Resgate Antecipado Facultativo Total, bem como encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora; e (ii) de prêmio de resgate, correspondente a 1,3% (um vírgula três por cento) *flat* sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, conforme o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Salvo o prêmio de resgate aqui previsto, não se aplicará qualquer prêmio, taxa, comissão ou *break funding costs* sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.2. Nesse caso, a Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis ao Resgate Antecipado Facultativo Total: (a) realizar a publicação do aviso aos Debenturistas na forma prevista na Cláusula 4.10.1. desta Escritura de Emissão; ou (b) encaminhar notificação aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, e à CETIP; contendo as seguintes informações: (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (ii) a prévia do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iii) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas ("Notificação de Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

6.1.4. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.5. Todos os custos decorrentes do Resgate Antecipado Facultativo Total estabelecido nesta Cláusula 6.1. serão integralmente arcados pela Emissora.

6.2. Resgate Antecipado Obrigatório Total

6.2.1. Caso, durante a vigência das Debêntures, a Emissora (i) receba os recursos decorrentes do primeiro desembolso relativo ao financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") ou a outro credor (em conjunto com o BNDES, "Credores") no âmbito do mercado de capitais nacional ou internacional para o Projeto ("Financiamento de Longo Prazo"); ou (ii) receba os recursos decorrentes da primeira integralização de debêntures incentivadas nos termos da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Debêntures Incentivadas"), o que ocorrer primeiro, desde já se obriga a informar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência dos referidos eventos, bem como utilizar integralmente tais recursos, independentemente do montante efetivamente recebido pela Emissora, para efetuar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, conforme disposto nesta Cláusula 6.2. ("Resgate Antecipado Obrigatório Total") e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total, simplesmente referido como "Resgate Antecipado"). Não se aplicará qualquer prêmio, taxa, comissão ou *break funding costs* sobre o Resgate Antecipado Obrigatório Total.

6.2.2. A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total da totalidade das Debêntures no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data da primeira liberação de recursos no âmbito do Financiamento de Longo Prazo ou à data da primeira integralização das Debêntures Incentivadas, conforme o caso e independentemente do montante, caso tais recursos tenham sido liberados em favor da Emissora após às 12:00 horas do mesmo dia ("Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total"), observado o seguinte procedimento, nos termos da legislação aplicável:

- (i) a Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis ao Resgate Antecipado Obrigatório Total: (a) realizar a publicação do aviso aos Debenturistas, na forma prevista na Cláusula 4.10.1 desta Escritura de Emissão; ou (b) encaminhar notificação aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP ("Notificação de Resgate Antecipado Obrigatório Total") e, em conjunto com a Notificação de Resgate Antecipado Facultativo Total, "Notificação de Resgate Antecipado"), contendo as seguintes informações: (i) a Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (ii) a prévia do valor do Resgate Antecipado Obrigatório Total; e (iii) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e
- (ii) o Resgate Antecipado Obrigatório Total será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Incorporação da Sobretaxa ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, caso tenha ocorrido uma Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, até a data da efetiva liquidação do Resgate Antecipado Obrigatório Total.

20-4-10

6.2.3. Caso os recursos recebidos em decorrência do desembolso do Financiamento de Longo Prazo e/ou das Debêntures Incentivadas não sejam suficientes para o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Incorporação da Sobretaxa até a efetiva Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, nos termos da Cláusula 6.2.2, alínea (ii), acima, a Emissora permanecerá obrigada a realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total e deverá providenciar o pagamento do saldo remanescente com recursos próprios ou de terceiros, incluindo os recursos decorrentes de Empréstimos *Intercompany*.

6.2.4. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Obrigatório Total deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

6.2.5. Caso ocorra o Resgate Antecipado Obrigatório Total das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Obrigatório Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.2.6. Todos os custos decorrentes do Resgate Antecipado Obrigatório Total estabelecido nesta Cláusula 6.2. serão integralmente arcados pela Emissora.

6.3. Amortização Extraordinária Parcial

6.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (a "Amortização Extraordinária Parcial" e "Data da Amortização Extraordinária Parcial", respectivamente). O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito de cada Amortização Extraordinária Parcial será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem efetivamente amortizadas; acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Incorporação da Sobretaxa ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, caso tenha ocorrido uma Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Parcial; e (ii) de prêmio equivalente a 1,3% (um vírgula três por cento) *flat* sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado das Debêntures, conforme aplicável ("Valor da Amortização Extraordinária Parcial"). Salvo o prêmio de resgate aqui previsto, não se aplicará qualquer prêmio, taxa, comissão ou *break funding costs* sobre a Amortização Extraordinária Parcial.

6.3.2. Para cada Amortização Extraordinária Parcial, a Emissora deverá, com antecedência mínima, de 3 (três) Dias Úteis para a realização efetiva da Amortização Extraordinária Parcial: (a) realizar a publicação do aviso aos Debenturistas, na forma prevista na Cláusula 4.10.1. desta Escritura de Emissão; ou (b) encaminhar notificação aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP; contendo as

seguintes informações: (i) a Data da Amortização Extraordinária Parcial, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (ii) a prévia do Valor da Amortização Extraordinária Parcial; e (iii) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas (“Notificação da Amortização Extraordinária Parcial”).

6.3.3. Caso ocorra a Amortização Extraordinária Parcial (contemplando o pagamento de cada um dos componentes indicados no item 6.3.1 acima) das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Extraordinária Parcial também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.3.4. Todos os custos decorrentes da Amortização Extraordinária Parcial estabelecidos nesta Cláusula 6.3 serão integralmente arcados pela Emissora.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1. a 7.1.6. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, da Data de Incorporação da Sobretaxa ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, caso tenha ocorrido uma Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- (i) se ocorrer (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou de suas Acionistas, conforme aplicável; (b) pedido de autofalência da Emissora e/ou das Acionistas, conforme aplicável; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou das Acionistas, não devidamente elidido por estes no prazo legal (ou pedido análogo ou com efeitos similares formulado por terceiros em face da Voltalia, sem que a Voltalia tenha apresentado defesa a tempo e modo conforme aplicável de acordo com as leis da França); (d) propositura, pela Emissora e/ou pelas Acionistas, conforme aplicável, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido obtida homologação judicial do referido plano; (e) ingresso pela Emissora e/ou pelas Acionistas, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, conforme aplicável; ou (f) qualquer evento análogo aos mencionados acima no âmbito das leis francesas em relação à Voltalia, conforme aplicável;

- (ii) se a Emissora descumprir qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, exceto se o referido descumprimento for sanado em até 1 (um) Dia Útil após as respectivas datas de vencimento;
- (iii) se a Garantidora descumprir qualquer obrigação pecuniária prevista na *Letter of Guarantee*;
- (iv) se quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora, pela Voltalia ou por qualquer uma das Acionistas, conforme o caso, na presente Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos relativos à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, à *Letter of Guarantee* e aos Contratos de Garantia ("Documentos da Oferta Restrita") tornem-se falsas, incorretas ou enganosas, sob qualquer aspecto, na data em que foram prestadas;
- (v) se esta Escritura de Emissão e/ou quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita ou qualquer uma de suas disposições forem revogados, rescindidos, se tornarem inválidos, nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor ou deixarem de ser exequíveis, ou caso qualquer dos eventos acima tenha como efeito a depreciação, inexecutabilidade ou ineficácia das Garantias;
- (vi) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária da Emissora prevista nesta Escritura de Emissão e/ou Contratos de Garantia e/ou descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária da Garantidora prevista na *Letter of Guarantee*, não sanado no prazo de cura previsto no respectivo contrato, se houver, ou no prazo de até 10 (dez) dias corridos após as respectivas datas em que deveriam ser cumpridos;
- (vii) protestos sobre títulos de crédito cuja responsabilidade de pagamento recaia individualmente sobre a Emissora ou qualquer uma das Acionistas, envolvendo (a) valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em relação à Emissora e/ou às Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) de forma individual; ou (b) valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em relação à Voltalia Ltda., de forma individual, exceto se referidos protestos tenham sido (1) sustados ou extintos no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da notificação de protesto pela parte em questão; ou (2) suspensos em até 10 (dez) Dias Úteis, desde que tal suspensão seja mantida;
- (viii) se a Emissora e/ou qualquer uma das Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) criarem, incorrerem, assumirem ou permitirem a existência de quaisquer Ônus (conforme definido abaixo) sobre ou com relação a qualquer dos seus ativos, conforme o caso, exceção feita aos Ônus e garantias fidejussórias criados pelos Documentos da Oferta Restrita, no âmbito do Financiamento de Longo Prazo, no âmbito das Debêntures Incentivadas e/ou em favor de instituições financeiras que se comprometam a fornecer garantias bancárias no Financiamento de Longo Prazo ou nas Debêntures Incentivadas ("Contrato de Prestação de Garantias"), observadas as condições dos Contratos de Garantia;

- (ix) penhora ou qualquer medida judicial sobre os ativos da Emissora que sejam objeto de Garantia nos termos desta Escritura de Emissão, desde que não sanado ou efeito suspenso no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do conhecimento pela Emissora da penhora ou medida judicial;
- (x) se a Emissora e/ou qualquer uma das Acionistas e/ou a Voltalia e/ou suas respectivas controladas e/ou empresas que detenham participação diretas ou indiretas na Emissora e/ou nas Acionistas, até o nível da Voltalia (exceto as empresas que detenham participação diretas ou indiretas na Voltalia) estejam inadimplentes com obrigações financeiras nos respectivos Endividamentos junto a qualquer Debenturista ou qualquer instituição de seu conglomerado econômico, conforme o caso, observado o período de cura aplicável do respectivo Endividamento, se houver, incluindo, mas não se limitando às obrigações pecuniárias decorrentes das Outras Emissões;
- (xi) se a Emissora e/ou qualquer uma das Acionistas e/ou a Voltalia e/ou suas respectivas controladas com sede no Brasil, descumprirem qualquer obrigação pecuniária resultante de quaisquer dos seus respectivos Endividamentos obtidos junto a quaisquer terceiros (que não os Debenturistas), observado o período de cura aplicável do respectivo Endividamento, se houver, no Brasil e/ou no exterior, desde que, para os fins deste item, se trate de valores unitários ou agregado superiores a (a) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em relação à Emissora e/ou às Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) de forma individual; ou (b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em relação à Voltalia Ltda.; ou (c) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em relação à Voltalia, de forma individual;
- (xii) declaração de vencimento antecipado relativo à quaisquer Endividamentos da Emissora, de qualquer uma das Acionistas e/ou da Voltalia e/ou suas respectivas controladas com sede no Brasil, observado o período de cura aplicável do respectivo Endividamento, se houver, seja na qualidade de tomadoras ou garantidoras, no Brasil e/ou no exterior, incluindo, mas não se limitando aos casos de declaração de vencimento antecipado decorrentes das Outras Emissões, envolvendo valor unitário ou agregado igual ou superior a (i) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em relação à Emissora e/ou às Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) de forma individual; ou (b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em relação à Voltalia Ltda.; ou (c) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em relação à Voltalia, de forma individual;
- (xiii) se ocorrer cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, reestruturações societárias e/ou alterações no controle acionário direto e/ou indireto da Emissora e/ou de qualquer uma das Acionistas e Voltalia durante todo o período da Oferta Restrita, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, salvo se tais operações envolverem restrita e exclusivamente integrantes do grupo econômico da Emissora e/ou da respectiva Acionista e Voltalia, mas desde que, neste caso, seus atuais controladores finais indiretos permaneçam na posição de controladores finais diretos ou indiretos da Emissora e/ou da respectiva Acionista;

- (xiv) se qualquer penhora, ação de execução, processo judicial ou arbitral for ajuizado, ou processo administrativo for instaurado contra a Emissora e/ou qualquer uma das Acionistas e/ou da Voltalia, conforme aplicável, bem como quaisquer dos ativos, bens ou receitas da Emissora ou das Acionistas ou da Voltalia, que não seja suspensa (desde que mantida a suspensão) ou revertida em até 15 (quinze) Dias Úteis, resultando, a critério dos Debenturistas, em uma justificada redução de seu patrimônio líquido, aumento de responsabilidade, ou impossibilidade de exercer o controle normal sobre todos ou qualquer parte substancial de seus respectivos empreendimentos, ativos ou receitas, desde que, em todos os casos, à critério justificado dos Debenturistas, afete o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (xv) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 20 (vinte) Dias Úteis, das concessões, autorizações, licenças e outorgas, inclusive as socioambientais e as Autorizações MME, pertinentes e necessárias ao desenvolvimento do Projeto, exigidas para construir, operar e manter o Projeto, conforme o estágio de desenvolvimento em que se encontram, ressalvados os prazos de obtenção, manifestação, contestação, recurso e renovação, bem como de solicitação de obtenção e renovação permitidos por lei;
- (xvi) se tiver ocorrido e persistir uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo);
- (xvii) se tiver ocorrido qualquer dano ambiental relacionado ao Projeto, independentemente de culpa ou dolo da Emissora e/ou das Acionistas responsáveis pelo Projeto, que (a) tenha causado efeitos adversos relevantes; e (b) não tenha sido adequadamente sanado ou compensado pela Emissora e/ou pelas Acionistas nos termos e prazos estabelecidos pelas autoridades competentes e pela legislação aplicável;
- (xviii) abandono total ou parcial do Projeto ou qualquer ativo relevante que esteja ligado, direta ou indiretamente, ao Projeto e/ou existência de qualquer medida judicial que possa causar a interrupção da implantação do Projeto por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos;
- (xix) se qualquer uma das Acionistas, conforme aplicável, a qualquer momento, descumprir sua obrigação de fazer com que a Emissora e/ou as demais Acionistas cumpram com as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 8.2(ii) abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis;
- (xx) existência contra a Emissora e/ou as Acionistas e/ou a Voltalia de qualquer decisão judicial, arbitral, administrativa, exequível, e que não seja suspensa (desde que mantida a suspensão) ou revertida em até 15 (quinze) Dias Úteis, que a critério justificado dos Debenturistas afete (a) o

cumprimento pela Emissora e/ou pelas Acionistas e/ou a Voltalia das obrigações contraídas no âmbito da Oferta Restrita; ou (b) a conclusão ou continuidade do Projeto, conforme aplicável;

- (xxi) a inobservância pela Emissora da Legislação Socioambiental e da Legislação Trabalhista, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente (com exceção dos casos em que forem obtidas medidas liminares, oferecimento de garantias em juízo, tutela antecipada, ou outras medidas com efeitos similares, desde que (a) em qualquer caso, tenha sido suspensa a exigibilidade da norma em discussão; e (b) tal decisão judicial ou administrativa não trate de questões socioambientais envolvendo a Emissora, as Outras SPEs, as Acionistas ou o Projeto) bem como, se a Emissora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (xxii) se a Emissora e/ou qualquer uma das Acionistas, bem como seus representantes, funcionários, diretores, conselheiros, agentes, contratadas ou prestadores de serviços (nos casos dos agentes, contratadas ou prestadores de serviços, desde que agindo sob instrução da Emissora e/ou qualquer uma das Acionistas) forem condenados por qualquer instância ou tribunal por manterem trabalhadores em condições análogas a de escravo;
- (xxiii) existência de sentença condenatória que seja exigível desde logo, ainda que não transitada em julgado, que não seja suspensa (desde que mantida a suspensão) ou revertida no prazo legal aplicável em razão de prática de atos, pela Emissora e/ou por qualquer uma das Acionistas, que importem em infringência à Legislação Socioambiental e à Legislação Trabalhista;
- (xxiv) se ocorrer, em relação a Emissora e/ou qualquer uma das Acionistas desapropriação, depreciação ou perecimento de quaisquer bens e direitos dados em garantia no âmbito dos Contratos de Garantia e a Emissora e/ou as Acionistas, nos termos dos Contratos de Garantia e da legislação aplicável:
 - (a) deixar(em) de substituir e/ou reforçar tais bens e Garantias de forma satisfatória para os Debenturistas, nos termos previstos nos Contratos de Garantia; e/ou
 - (b) se recusar(em) a substituir ou reforçar os referidos bens e/ou Garantias;
- (xxv) se, no período de vigência da presente Escritura de Emissão, sobrevier ordem judicial, administrativa ou arbitral que, por qualquer outra forma ou meio, tenha por efeito estender as obrigações dos Debenturistas decorrentes da presente Escritura de Emissão para além da respectiva Data de Vencimento;
- (xxvi) se a Emissora e/ou as Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) contraírem empréstimos ou outras formas de Endividamento sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas,

exceto os Empréstimos *Intercompany*, o Financiamento de Longo Prazo, as Debêntures Incentivadas e o Contrato de Prestação de Garantias;

- (xxvii) contratação de qualquer empréstimo ou financiamento, na qual a Emissora figure como parte concedente, e qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou controladas da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou qualquer terceiro figure como parte tomadora, exceto os Empréstimos *Intercompany*;
- (xxviii) redução de capital social da Emissora e/ou das Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxix) aplicação dos recursos decorrentes da Oferta Restrita para qualquer destinação que não unicamente aquela prevista na Cláusula 3.7 acima;
- (xxx) se a Emissora efetuar novos investimentos ou assumir novos compromissos de investimento além dos investimentos necessários para a implantação do Projeto, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas;
- (xxxi) se a presente Escritura de Emissão, a *Letter of Guarantee* ou quaisquer dos Contratos de Garantia forem sujeitos a questionamentos legais pela Emissora, por qualquer das Acionistas, pela Voltalia e/ou por quaisquer terceiros, que resulte na invalidade, inexecutabilidade ou ineficácia dos referidos documentos;
- (xxxii) existência de decisão judicial ou administrativa que impeça a conclusão, continuidade, operação ou implementação do Projeto pela Emissora (com exceção dos casos objeto de questionamento de boa-fé, de acordo com os procedimentos legais apropriados, tais como medidas liminares, oferecimento de garantias em juízo, tutela antecipada, ou outras medidas com efeitos similares, desde que (a) em qualquer caso, tenha sido suspensa a exigibilidade da norma em discussão; e (b) tal decisão judicial ou administrativa não trate de questões socioambientais envolvendo a Emissora, as Outras SPEs, as Acionistas ou o Projeto);
- (xxxiii) destruição, venda ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos ou direitos relacionados ao Projeto e que comprometam a capacidade financeira da Emissora e, a critério justificado dos Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, de cumprir com suas obrigações aqui previstas ou afete de forma negativa a conclusão ou continuidade do Projeto, desde que não sejam substituídos dentro de 40 (quarenta) dias corridos da ocorrência do evento aqui previsto;

- (xxxiv) declaração, pagamento ou distribuição pela Emissora, ou a concordância dela em pagar ou distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outro recurso aos seus acionistas acima do mínimo legal (conforme aplicável);
- (xxxv) declaração, pagamento ou distribuição pelas Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.), ou a concordância delas em pagar ou distribuir, direta ou indiretamente, dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outro recurso aos seus acionistas acima do mínimo legal, caso a Emissora esteja em mora em relação ao cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxxvi) mudança ou alteração do objeto social estabelecido no estatuto social da Emissora e/ou das Acionistas (exceto em relação à Voltalia Ltda.), salvo se por força de lei, norma, regulamento, ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, determinação ou decisão judicial, administrativa ou arbitral;
- (xxxvii) ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado nos termos dos documentos das Outras Emissões;
- (xxxviii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se por força de lei, norma, regulamento, ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, determinação ou decisão judicial, administrativa ou arbitral;
- (xxxix) caso haja alguma alteração dos contratos de fornecimento do Projeto, incluindo, mas não se limitando aos Contratos do Projeto, aos Contratos de Energia e aos Seguros, observado que, com relação aos Contratos do Projeto apenas se ocorrer uma alteração no curso normal dos negócios do Projeto;
- (xl) caso os Seguros não sejam renovados em até 15 (quinze) dias antes da data de vencimento de cada uma das apólices; e
- (xli) não obtenção, até 31 de julho de 2016, de outorga de autorização ou alteração da outorga de autorização vigente, junto ao MME, para redução da previsão de geração de energia elétrica do Complexo Eólico Serra Pará dos atuais 30 MW para 27 MW de capacidade instalada.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos nas alíneas (i), (ii), (iii), (v), (viii), (ix), (xi), (xii), (xiii), (xxi), (xxii), (xxv), (xxvi), (xxvii), (xxviii), (xxxi), (xxxiii), (xxxiv), (xxxv) e (xxxvi), da Cláusula 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar, no prazo máximo de até 2 (dois) Dias Úteis, à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

20-4-20

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado indicados na Cláusula 7.1. acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3. abaixo.

7.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.2. acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2. e 7.1.3. acima, na hipótese de não instalação em primeira e em segunda convocação da Assembleia Geral, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.5. abaixo.

7.1.5. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Incorporação da Sobretaxa ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, caso tenha ocorrido uma Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso até a data do seu efetivo pagamento, imediatamente após o recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário e referida nas Cláusulas 7.1.1. e 7.1.4. acima, caso tal comunicação escrita tenha sido entregue à Emissora até às 12:00 horas do mesmo dia ou no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data de entrega de tal comunicação escrita, caso tenha sido entregue à Emissora após às 12:00 horas, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7. desta Escritura de Emissão.

7.1.6. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

7.1.7 Para fins desta Escritura de Emissão:

- (i) “Documentos da Oferta Restrita” tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.1 (iv);
- (ii) “Empréstimos Intercompany” significam exclusivamente os seguintes mútuos:

- 2014-2015
- (a) adiantamentos sobre o futuro aumento de capital e mútuos celebrados pela Emissora (na qualidade de mutuária) junto aos Acionistas, à Voltalia ou a qualquer sociedade de seus grupos econômicos (na qualidade de mutuante), desde a Data de Integralização até a conclusão do Projeto, desde que subordinados aos Documentos da Oferta Restrita;
 - (b) mútuos celebrados entre a Emissora (na qualidade de mutuária) e/ou entre qualquer uma das Outras SPEs (na qualidade de mutuante) até a conclusão do Projeto, desde que subordinados aos Documentos da Oferta Restrita;
 - (c) mútuos celebrados entre a Emissora (na qualidade de mutuante) e/ou entre qualquer uma das Outras SPEs (na qualidade de mutuária) até a conclusão do Projeto, desde subordinados aos Documentos da Oferta Restrita; e
 - (d) adiantamentos sobre futuro aumento de capital e mútuos celebrados, na posição de mutuante e de mutuária, entre quaisquer das Acionistas ou entre uma Acionista, a Voltalia e qualquer sociedade de seus grupos econômicos (com exceção da Emissora), desde a Data de Integralização até a conclusão do Projeto, desde que subordinados aos Documentos da Oferta Restrita, caso aplicável.
- (iii) “Endividamento” significa, quanto a qualquer Pessoa, sem duplicação, (a) todo o endividamento de tal Pessoa a respeito (i) de uma quantia emprestada, incluindo, entre outros, obrigações com relação à aceitação de *credit facilities* e linhas de crédito e (ii) do preço de compra diferido de bens ou serviços, (b) todas as obrigações de pagamento de tal Pessoa comprovadas por títulos, debêntures, títulos descontados com direito de regresso, notas promissórias ou outros valores mobiliários semelhantes, (c) todas as garantias diretas ou indiretas de tal Pessoa e todas as obrigações (contingente ou de outra forma) de tal Pessoa perante qualquer outra Pessoa, a respeito da quantia emprestada ou do preço de compra diferido de bens ou serviços, (d) todas as obrigações de tal Pessoa como arrendatário de acordo com os arrendamentos que foram ou podem ser, de acordo com as regras e princípios de contabilidade aplicados no Brasil, registradas como arrendamentos de bens de capital, (e) todo o endividamento de outra Pessoa garantido por um Ônus ou quaisquer bens detidos por tal Pessoa, independentemente de tal Pessoa ter assumido ou de outra forma se tornado responsável pelo pagamento do mesmo, e (f) passivos líquidos decorrentes de operações derivativas, contratos de recompra ou operações de hedge;
- (iv) “Legislação Socioambiental” significam as legislações, regulamentações, licenças e autorizações ambientais aplicáveis, de acordo com o estágio do Projeto aplicável, incluindo, se aplicável, os pareceres emitidos pelo COMAER – Comando da Aeronáutica, pelo DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, pelo IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, pelo IPHAN

(conforme definido abaixo) e pela Prefeitura do Município de Serra do Mel, com relação à área de implantação e de acordo com o estágio do Projeto;

- (v) “Legislação Trabalhista” significam as a legislações, regulamentações, licenças e autorizações trabalhistas aplicáveis e em vigor pertinente a questões trabalhistas (saúde e segurança ocupacional, inclusive no que se refere à não utilização de mão de obra infantil e/ou trabalho análogo ao compulsório ou forçoso, nos termos da Portaria Interministerial nº 2, de 12.5.2011, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República);
- (vi) “Mudança Adversa Relevante” deverá ser considerada uma alteração (incluindo, mas não se limitando àqueles causadas por evento de força maior ou caso fortuito): (a) nas condições econômicas, financeiras, operacionais da Emissora, das Acionistas e/ou da Voltalia, bem como no Projeto; (b) nas condições do mercado de capitais e do setor financeiro em geral, no Brasil ou em países em que o grupo Voltalia atue, não existentes, a critério justificado dos Debenturistas, na presente data e que impacte adversamente a capacidade da Emissora no cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, bem como nas condições do setor de energia no Brasil, não existentes, a critério justificado dos Debenturistas, na presente data e que impacte adversamente a capacidade da Emissora no cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; (c) nas condições políticas, conjunturais e/ou econômicas, não existentes, a critério justificado dos Debenturistas, na presente data; e (d) na incidência de novos impostos ou contribuições de qualquer natureza (incluindo aumento de taxas ou valores em operações de naturezas similares a esta contemplada na Operação); que, a critério justificado dos Debenturistas, torne impossível ou desaconselhável a contratação e/ou manutenção da Oferta Restrita ou possa afetar relevante e adversamente a capacidade da Emissora, das Acionistas e/ou da Garantidora, no cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) “Ônus” significa qualquer ônus, alocação, penhor, hipoteca, alienação fiduciária, retenção de título, fideicomisso, gravame, direito de garantia ou outro encargo, ou qualquer outro tipo de acordo preferencial, prioridade ou outro contrato de garantia com efeito prático de constituir um direito de garantia, mediante ou a respeito de quaisquer bens ou outro ativo, incluindo, entre outros, qualquer contrato que forneça qualquer disposto acima; e
- (viii) “Pessoa” significa qualquer pessoa física ou jurídica, fundos de investimento, organização ou qualquer autoridade governamental (i.e., nação ou governo, qualquer estado ou outra subdivisão política dele, qualquer banco central ou autoridade monetária ou regulatória semelhante e qualquer entidade que exerce uma autoridade executiva, legislativa, judicial, regulatória ou administrativa ou que pertence a um governo).

- (ix) “Seguros” significam os seguros indicados no Anexo II desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS ACIONISTAS

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e as Acionistas (conforme aplicável) obrigam-se, ainda, a:

- (i) Adimplência. Conforme aplicável, manter-se adimplente em relação à presente Escritura de Emissão e aos demais Documentos da Oferta Restrita, devendo comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto de até 2 (dois) Dias Úteis, (i) qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas; e (ii) qualquer inadimplência da Garantidora no âmbito da *Letter of Guarantee*;
- (ii) Cumprimento das Leis e Manutenção das Aprovações. Cumprir com todos e quaisquer regulamentos, normas, leis, decretos, determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à Emissora, incluindo, entre outros, todos e quaisquer regulamentos, normas, leis e ordens relacionados às questões de previdência social, aposentadoria, pensão, da Legislação Socioambiental, da Legislação Trabalhista, Lei Anticorrupção (conforme definido abaixo) e das Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (conforme definido abaixo), devendo notificar o Agente Fiduciário no prazo de até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento acerca da instauração ou decretação de qualquer ação ou decisão judicial ou administrativa relacionados a tais leis e regulamentos, incluído quaisquer inquéritos ou investigações; e manter ou solicitar, de acordo com a legislação aplicável, todas as aprovações societárias, governamentais, regulamentares, licenças e autorizações necessárias para a realização e/ou manutenção da presente Oferta Restrita de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto e para o cumprimento de todas as obrigações e operações contempladas pelos Documentos da Oferta Restrita, pelos Contratos do Projeto e pelo Projeto em si (com exceção dos casos objeto de questionamento de boa-fé, de acordo com os procedimentos legais apropriados tais como medidas liminares, oferecimento de garantias em juízo, tutela antecipada, ou outras medidas com efeitos similares, desde que: (a) em qualquer caso, tenha sido suspensa a exigibilidade da norma em discussão; e/ou (b) a norma não trate de questões socioambientais, de qualquer natureza, aplicáveis à Emissora, às Outras SPEs, às Acionistas e/ou ao Projeto);
- (iii) ANEEL. Cumprir com o disposto nas resoluções normativas da ANEEL aplicáveis à Emissora, observados os prazos previstos na sua Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016 (que regulamenta o artigo 3º, inciso XIII, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o qual trata dos controles prévio e a posteriori sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas), para atender eventual solicitação da

ANEEL relacionada ao disposto no artigo 3º, inciso V, de sua Resolução Normativa nº 334/08, prazo esse a ser contado do recebimento de comunicação neste sentido, sendo certo que a decretação de vencimento antecipado das Debêntures com base em qualquer hipótese que seja comprovadamente ocasionada em razão do não atendimento à referida solicitação da ANEEL (incluindo declarações prestadas no âmbito desta Escritura de Emissão) somente será possível se tal solicitação não for sanada até o término do prazo de cura aqui referido;

- (iv) Demonstrações Financeiras. (a) submeter, na forma da lei, as demonstrações financeiras da Emissora e das Acionistas a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM, conforme aplicável; (b) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (b.1) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora e das Acionistas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, cadastrados na CVM; (b.2) cópia de qualquer comunicação feita pelos respectivos auditores independentes à Emissora e às Acionistas, bem como às suas administrações, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras; (b.3) declaração de representante legal da Emissora e das Acionistas atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão; e (b.4) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora e das Acionistas, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (iv) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados de acordo com o estágio do Projeto;
- (v) Tributos e Obrigações Impostas por Lei. Imediatamente pagar e quitar todos os tributos, contribuições, incidências e encargos governamentais incidentes ou impostos sobre seus bens nos respectivos vencimentos, bem como obrigações de natureza previdenciária, ambiental, trabalhista ou outras impostas por lei (com exceção dos casos objeto de questionamento de boa-fé, de acordo com os procedimentos legais apropriados tais como medidas liminares, oferecimento de garantias em juízo, tutela antecipada, ou outras medidas com efeitos similares, desde que, em qualquer caso, tenha sido suspensa a exigibilidade da norma em discussão) ("Tributos"). A Emissora deverá efetuar, ainda, o recolhimento de quaisquer Tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (vi) Destinação dos Recursos. Aplicar os recursos obtidos por meio desta Escritura de Emissão unicamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima, desde que tais atividades ali previstas estejam, à época da sua utilização dos referidos recursos, devidas e regularmente licenciadas e/ou autorizadas nos termos da Legislação Trabalhista e da Legislação Socioambiental aplicável,

incluindo, mas não se limitando o Programa Nacional do Meio Ambiente, de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto;

- (vii) Matriz de Responsabilidades para Gestão Socioambiental. Disponibilizar ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) mês contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, matriz de responsabilidades para a gestão socioambiental das obras do Projeto;
- (viii) Licenças e Autorizações Ambientais. Encaminhar ao Agente Fiduciário, tão logo sejam obtidas, as licenças e autorizações ambientais relativas ao Projeto, emitidas pelos competentes órgãos ambientais;
- (ix) Pareceres Emitidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ("IPHAN"). Encaminhar ao Agente Fiduciário, tão logo sejam obtidos, pareceres relativos ao patrimônio arqueológico emitidos pelo IPHAN, com relação à área de implantação, bem como de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto;
- (x) Relatório de Acompanhamento de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança. Encaminhar ao Agente Fiduciário, semestralmente, a partir da assinatura da presente Escritura de Emissão, relatório de acompanhamento de gestão ambiental e de saúde e segurança das obras que contenha, no mínimo: (a) informações sobre as licenças ambientais e autorizações do Projeto emitidas ou renovadas no período, bem como o atendimento às suas respectivas condicionantes; (b) informações sobre multas e/ou autos de infração recebidos no período; (c) andamento de todos os programas de monitoramento socioambiental do Projeto, contendo dados referentes à evolução dos programas, resultados obtidos e análise crítica; e (d) resultados dos processos de comunicação e recebimento e tratamento às reclamações obtidas no período;
- (xi) Notificação sobre Mudança Adversa Relevante. Notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Mudança Adversa Relevante (conforme definido acima), no entendimento da Emissora;
- (xii) Notificação sobre um Evento de Vencimento Antecipado. Notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por meio de notificação por escrito na forma da Cláusula 12.1 abaixo, sobre: (i) a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; e (ii) se entender que as declarações descritas na Cláusula XI desta Escritura de Emissão estavam incorretas nas datas em que foram prestadas, acompanhadas de um relatório da Emissora e/ou das Acionistas contendo as descrições das ocorrências e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tais ocorrências;
- (xiii) Manutenção de Bens. Tomar as medidas necessárias para manter, preservar e guardar seus bens que sejam necessários para a condução de seus negócios, especialmente o Projeto, em bom estado de funcionamento e reparo (exceto desgaste normal de uso e tempo), bem como manter

em vigor as apólices de seguro relativas aos referidos bens e adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Manter, ainda, a propriedade de seus ativos do Projeto e a cobertura de Seguros;

- (xiv) Manutenção das Garantias. Manter, conforme aplicável, as Garantias em conformidade com os termos e condições estabelecidas nos respectivos Documentos da Oferta Restrita, notificando prontamente o Agente Fiduciário sobre qualquer inadimplemento da Emissora e/ou de qualquer uma das Acionistas no âmbito dos Contratos de Garantia, sem prejuízo de reforçá-las ou substituí-las conforme previsto nos respectivos Contratos de Garantia, bem como sobre qualquer inadimplemento da Garantidora no âmbito da *Letter of Guarantee*;
- (xv) Manutenção dos Contratos Relevantes, das Licenças e dos Seguros. Manter em pleno vigor e efeito, preservar ou solicitar formalmente de acordo com a legislação aplicável, conforme aplicável, (a) todos os contratos relevantes à Oferta Restrita, tais como, Contratos do Projeto, Contratos de Energia (descritos nos Anexos I e II desta Escritura de Emissão) e Seguros, bem como os demais contratos com objeto e natureza similares que venham a ser celebrados pela Emissora e/ou em substituição ou complementação aos instrumentos aqui mencionados, tais como os Contratos de Garantia, bem como (b) ressalvados os prazos de obtenção, manifestação, contestação, recurso e renovação, bem como de solicitação de obtenção e renovação permitidos por lei, as licenças (inclusive as licenças ambientais), autorizações, permissões, alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais, bem como de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto e nos termos da legislação aplicável;
- (xvi) Informações Falsas, Inverídicas ou Incorretas. Notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário, caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na Cláusula 11.1 abaixo tornem-se, total ou parcialmente, inverídicas, falsas ou incorretas sobre qualquer fato ou informação, inclusive de natureza trabalhista e socioambiental, de que tenha conhecimento e que torne qualquer informação falsa ou incorreta que implique no cumprimento pela Emissora, pelas Acionistas e/ou pela Voltalia das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, na *Letter of Guarantee* e/ou quaisquer outros Documentos da Oferta Restrita, conforme aplicável;
- (xvii) Solicitação de Informações. Fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da solicitação por escrito, qualquer informação relevante para a Emissão ou que, justificada e razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (xviii) CVM. Cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM e obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução

CVM 476, bem como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, conforme e se aplicável, bem como observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;

- (xix) Livros Societários e Contábeis. Manter os livros societários e contábeis apropriados, nos quais deverão ser realizados lançamentos completos, verdadeiros e corretos, em conformidade com o as regras e princípios de contabilidade e as exigências da lei aplicável, de todos os negócios e operações relativos aos seus respectivos negócios;
- (xx) Inspeção. Permitir que quaisquer diretores ou empregados dos Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, bem como terceiros contratados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, visitem e inspecionem quaisquer de seus bens e discutam as questões pertinentes referentes a presente Oferta Restrita ou relacionadas ao cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, revejam todos os livros de registro e contábeis e quaisquer relatórios disponíveis ou declarações relevantes aos mesmos, na frequência que possam razoavelmente solicitar e durante o horário comercial normal, após devida notificação por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis, exceto a qualquer momento se um Evento de Vencimento Antecipado tiver ocorrido e persistir, hipótese em que a disponibilização de tais documentos será imediata após notificação por escrito nesse sentido nos termos da Cláusula 12.1 desta Escritura de Emissão;
- (xxi) Licenças e Autorizações Governamentais. Obter, manter válidas e vigentes, ressalvados os prazos de obtenção, manifestação, contestação, recurso e renovação, bem como de solicitação de obtenção e renovação permitidos por lei, bem como apresentar ao Agente Fiduciário, quando solicitado, conforme cada estágio de desenvolvimento do Projeto, todas as licenças e autorizações governamentais aplicáveis, inclusive ambientais, e demais informações e documentos necessários ao atendimento à Legislação Trabalhista e à Legislação Socioambiental;
- (xxii) Insuficiências do Projeto. Informar ao Agente Fiduciário quaisquer (a) insuficiências de caixa ou fontes de Financiamento de Longo Prazo para o Projeto; e (b) sobrecustos de qualquer natureza no Projeto (itens “a” e “b” em conjunto “Insuficiências do Projeto”), bem como disponibilizar ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis após o recebimento de sua solicitação por escrito, (b.1) quadro de usos e fundos atualizado do Projeto; e/ou (b.2) propostas e/ou comunicações trocadas com o BNDES;
- (xxiii) Aumento de Capital por Insuficiência do Projeto. Obter e realizar junto à Serra Pará, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados de notificação por escrito do Agente Fiduciário recebida pela Emissora, nos termos do subitem (xxii) acima, informando a existência de Insuficiências do Projeto e a justificativa de tal conclusão, aporte no capital social da Emissora, pela Serra Pará, em dinheiro, ou Empréstimo *Intercompany*, o qual deverá ser convertido em capital da Emissora

mediante solicitação do BNDES, no montante total da Insuficiência do Projeto descrito na notificação recebida do Agente Fiduciário, ressalvado que no caso de insuficiências de fontes de Financiamento de Longo Prazo para o Projeto o aporte aqui previsto terá que necessariamente ser realizado no capital social da Emissora em dinheiro;

- (xxiv) Conclusão do Projeto. Concluir a fase de construção do Projeto e iniciar a operação comercial até o dia 1º de janeiro de 2017;
- (xxv) Acordo de Votos. Informar ao Agente Fiduciário a celebração de quaisquer acordos de acionistas ou acordo de votos pelas Acionistas referentes à Emissora e/ou às Acionistas;
- (xxvi) Boletim de Medição das Obras. Enviar relatório de acompanhamento do Projeto, sempre que solicitado por escrito pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário (observado o intervalo mínimo de 2 (dois) meses entre uma solicitação e outra), contendo informações sobre o andamento da obra e previsão para início da operação comercial. Caso a Emissora não tenha iniciado a operação comercial até o dia 1º de janeiro de 2017, a Emissora deverá submeter, até 31 de janeiro de 2017 aos Debenturistas, relatório de auditoria técnica, a ser elaborado por uma empresa de engenharia independente (dentre as quais Grupo Energia ou AWS Truepower, a critério da Emissora), de modo a descrever o estágio do Projeto e potenciais riscos relativos à implantação do Projeto ("Relatório de Auditoria Técnica") e enviar cópia do mesmo, trimestralmente, ao Agente Fiduciário;
- (xxvii) Ônus. A Emissora e as Acionistas não deverão criar, incorrer, assumir ou permitir a existência de quaisquer Ônus sobre ou com relação a qualquer dos seus ativos objeto das Garantias, exceto conforme previsto nos Documentos da Oferta Restrita, incluindo sem limitação o previsto na Cláusula 7.1(viii) da presente Escritura de Emissão;
- (xxviii) Venda de Ativos. A Emissora não deverá alienar, ceder, doar, alugar, arrendar ou transferir por qualquer meio, bem, ativo ou direito de propriedade da Emissora, exceto conforme previsto nos Documentos da Oferta Restrita (ressalvado em caso de (a) retirada de tais bens ou ativos do parque eólico da Emissora para fins de manutenção ou conserto e/ou (b) substituição) e/ou efetuar alterações na natureza dos negócios (com exceção da Voltalia Ltda.), em qualquer caso que, no entendimento justificado dos Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, prejudique a capacidade financeira da Emissora;
- (xxix) Notas Fiscais do Projeto. Guardar e conservar as notas fiscais, faturas e demais documentos comprovantes da operação do Projeto, obrigando-se a apresentá-los ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da respectiva solicitação por escrito, ou outro prazo que venha a ser determinado por autoridades competentes;

- (xxx) Atos em Desacordo com Estatuto Social ou Documentos da Oferta Restrita. A Emissora e seus Acionistas não deverão praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social, conforme o caso, ou com qualquer um dos Documentos da Oferta Restrita, nem como, alterar o objeto social (com exceção da Voltalia Ltda.) estabelecido nos seus respectivos estatutos sociais, salvo por força de lei, norma, regulamento, ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, determinação ou decisão judicial, administrativa ou arbitral;
- (xxxi) Alteração da Natureza dos Negócios e Contratos Relevantes. A Emissora e as Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) não deverão realizar qualquer alteração na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura de Emissão, bem como alterações relevantes nesta Escritura de Emissão e nos Contratos do Projeto, Contratos de Energia, Contratos de Garantia e Seguros, e demais contratos com objeto e natureza similares que venham a afetar negativamente o Projeto sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, salvo por força de lei, norma, regulamento, ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, determinação ou decisão judicial, administrativa ou arbitral;
- (xxxii) Associações. A Emissora não deverá celebrar, investir ou adquirir (ou concordar em adquirir) quaisquer ações, títulos, valores mobiliários ou outras participações em qualquer associação ou celebrar qualquer operação com uma associação envolvendo seus ativos, bens ou participações;
- (xxxiii) Balancetes Trimestrais. Dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social enviar ao Agente Fiduciário, cópia das demonstrações financeiras trimestrais não auditadas da Emissora, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xxxiv) Limite às Alterações Contábeis. A Emissora não deverá realizar qualquer alteração no tratamento contábil ou práticas de informes, alterar seu exercício fiscal ou promover qualquer reavaliação de seus ativos, exceto se permitido pelas regras e princípios de contabilidade vigentes de tempos em tempos;
- (xxxv) Publicidade. Preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (xxxvi) Assembleia Geral de Debenturistas. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, não o faça;
- CB
f
UB
h

- (xxxvii) Dever de Sigilo. Observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xxxviii) Fato Relevante. A Emissora deverá divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página da internet na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário e os Coordenadores;
- (xxxix) CETIP. Fornecer todas as informações, bem como efetuar, pontualmente, o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xl) Banco Liquidante, Escriturador e Agente Fiduciário. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (xli) Subsidiárias. A Emissora e as Acionistas (exceto a Voltalia Ltda.) não deverão criar subsidiárias nem sociedades controladas, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas;
- (xlii) Cessão. A Emissora e/ou as Acionistas não deverão transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a quaisquer terceiros os direitos e obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta Restrita, sem a anuência prévia dos Debenturistas;
- (xliii) Dividendos e Outros Recursos. (a) a Emissora não deverá declarar, pagar ou distribuir, ou concordar em pagar ou distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outro recurso aos seus acionistas acima do mínimo legal (conforme aplicável); e (b) e as Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.) não deverão declarar, pagar ou distribuir, ou concordar em pagar ou distribuir, direta ou indiretamente, dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outro recurso aos seus acionistas acima do mínimo legal, caso a Emissora esteja em mora em relação ao cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xliv) Leis Anticorrupção. A Emissora, seus controladores até o nível da Voltalia e controladas ou, no melhor conhecimento da Emissora (depois de realizadas todas as devidas investigações e diligências necessárias para tanto), nenhum de seus empregados (inclusive conselheiros, diretores ou funcionários no Brasil e/ou no exterior), ou as coligadas e consorciadas da Emissora no âmbito dos respectivos consórcios, sendo certo que, no caso de sociedades estrangeiras entre as sociedades referidas acima nesta cláusula, desde que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, deverão se abster de (a) utilizar quaisquer recursos para qualquer contribuição, prêmio, pagamento de

entretenimento, ou qualquer outra despesa, que seja ilegal e relacionado à atividade política; (b) efetuar ou agir em continuidade a uma oferta, promessa ou autorização de qualquer pagamento ou benefício, que seja ilegal, direto ou indireto, a qualquer oficial ou funcionário de autoridade regulatória ou governamental nacional ou estrangeira, incluindo qualquer entidade pertencente ou controlada pelo governo ou por organização pública internacional, ou qualquer pessoa agindo em capacidade oficial para ou em nome de um dos anteriores, ou qualquer partido político ou funcionário de partido político ou candidato a cargo político; (c) conforme aplicável, infringir qualquer disposição (c.1) da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei nº 12.846/2013")"; (c.2) qualquer legislação ou regulamentação, seja brasileira ou estrangeira, que implemente regras de antissuborno ou anticorrupção e às quais a Emissora e acionistas diretos e indiretos, até o nível da Voltalia esteja sujeita; ou (d) efetuar, oferecer, concordar, requisitar ou praticar ato em continuidade à qualquer ato de suborno ou outro benefício, que seja ilegal, incluindo, mas não limitado a, desconto ilegal (*rebate*), compensação (*payoff*), tráfico de influência, propina (*kickback*) ou outro pagamento ou benefício ilegal ou impróprio; e

- (xiv) Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. As operações da Emissora e de seus respectivos controladores (até o nível da Voltalia) bem como das suas respectivas controladas e coligadas e, no conhecimento das mesmas são e deverão ser conduzidas em conformidade com os requisitos referentes a manutenção de registros e relatórios financeiros aplicáveis, incluindo os requisitos previstos, conforme aplicável, (i) na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, alterada pela Lei nº 12.683 de 9 de julho de 2012, e (ii) quaisquer leis de prevenção à lavagem de dinheiro aplicáveis em todas as jurisdições onde a Emissora ou quaisquer de seus controladores (até o nível da Voltalia) e/ou suas respectivas controladas e coligadas conduzem e/ou passarão a conduzir seus negócios, as regras e regulamentações ali previstas e quaisquer regras, regulamentações ou orientações correlatas ou afins, emitidas, administradas ou impostas por qualquer autoridade governamental ou regulatória competente, inclusive com relação a atos praticados por seus conselheiros, diretores ou funcionários (coletivamente, as "Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro") e nenhuma ação, processo ou procedimento por ou perante qualquer juízo ou autoridade governamental ou regulatória, autoridade, órgão ou qualquer árbitro envolvendo a Emissora, as Acionistas, ou quaisquer de seus controladores diretos ou indiretos (até o nível da Voltalia), de suas respectivas controladas e coligadas, bem como seus conselheiros, diretores ou funcionários, com relação às Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro está em andamento ou, de acordo com o conhecimento da Emissora e das Acionistas, é iminente.

8.1.1. Para fins do disposto nos incisos (vii), (viii), (ix), (x), (xxii), (xxiii), (xxv), (xxvi) e (xxix) da Cláusula 8.1 acima ("Informações Operacionais"), a Emissora desde já concorda que o envio das informações ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, e este não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes nas Informações Operacionais, elaborados conforme previsto nos incisos citados anteriormente, ou ainda em qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar,

esclarecer, retificar ou ratificar as Informações Operacionais, não cabendo, portanto, qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo, exceto pela obrigação prevista na Cláusula 8.1.2. abaixo.

8.1.2. O Agente Fiduciário deverá enviar aos Debenturistas as cópias das Informações Operacionais em até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, nos endereços por eles indicados nos termos da Cláusula 8.1.3 abaixo.

8.1.3. Para que o Agente Fiduciário possa cumprir com a obrigação prevista na Cláusula 8.1.2. acima, os Debenturistas deverão, na data de subscrição e integralização das Debêntures, enviar ao Agente Fiduciário, por e-mail, nos termos da Cláusula 12.1.1. abaixo, seus respectivos dados de contato. Uma vez que tenha recebido os dados de contato dos Debenturistas no prazo e forma previstos nesta Cláusula, o Agente Fiduciário não poderá se escusar da obrigação prevista na Cláusula 8.1.2. acima.

8.1.4. Em caso de qualquer negociação das Debêntures, o Debenturista anterior e/ou novo Debenturista deverá também informar ao Agente Fiduciário, os dados de contato nos termos da Cláusula 8.1.3 acima.

8.1.5. A Emissora obriga-se, nesta Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que os atos que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparados pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que (i) não tenham sido gerados por culpa, dolo, má-fé ou fraude do Agente Fiduciário, ou (ii) tal responsabilidade não esteja dentro das atribuições do Agente Fiduciário, conforme previsto nos termos dos Documentos da Oferta Restrita ou nos da legislação e regulamentação aplicáveis.

8.2. Adicionalmente, as Acionistas concordam que, enquanto existirem quaisquer obrigações vigentes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão fazer com que a Emissora cumpra toda e qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, observados os prazos de cura aplicáveis.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declarações do Agente Fiduciário

9.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (xii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e

- (xiii) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 8 (oito) dias corridos para a primeira convocação e 5 (cinco) dias corridos para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na Junta Comercial.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos

distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (x) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.10.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a Emissora deverá enviar todos os atos societários, dados financeiros e o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, bem como todas as informações em até 30 (trinta) dias corridos contados da solicitação pelo Agente Fiduciário para a realização do referido relatório, o qual deverá conter ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (viii) pagamentos da Remuneração das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias prestadas nos termos das Cláusulas 4.13 e 4.14; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “(xiii)” acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) em sua sede social;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede dos Coordenadores.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora e em conjunto com esta, comunicado nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.10.1 desta Escritura de Emissão, aos Debenturistas sobre a disponibilidade do relatório nos locais indicados na alínea “(xv)” acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP, a atenderem

quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive a divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures e seus respectivos Debenturistas;

- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e da *Letter of Guarantee*, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xx) disponibilizar diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e do seu *website* (www.pentagonotrustee.com.br); e
- (xxi) acompanhar com o Escriturador, em cada data de pagamento da remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas e devolver qualquer valor remanescente imediatamente à Emissora ou às Acionistas ou à Voltalia, conforme o caso;
- (iv) requerer a falência da Emissora; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos “(i)” a “(v)” da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea “(iv)” da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus, se assim solicitado pela Emissora.

9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário, à Companhia, servindo o comprovante de depósito como prova de quitação do pagamento.

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

9.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e qualquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, para que esta possa repassar, ao agente fiduciário substituído, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago, observado que o valor do débito em atraso estará sujeito à atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega de cópia dos comprovantes de pagamento.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (iv) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (v) indenizações eventualmente pagas em decorrência da constituição da garantia prevista na Cláusula 4.13 acima;
- (vi) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, transportes e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (vii) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.10.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quórum* das Debêntures em Circulação.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas (i) mantidas em tesouraria pela Emissora e/ou pelas Acionistas; (ii) de titularidade de empresas controladoras da, ou controladas pela direta ou indiretamente, Emissora e/ou pelas Acionistas; (iii) de titularidade de sociedades sob controle comum da Emissora e/ou das Acionistas, e (iv) detidas pelos administradores ou conselheiros, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quórum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, ou pelos demais *quori* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quórum a que se refere à Cláusula 10.3.1 acima as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) o quórum de deliberação das Assembleias Gerais; (iii) a vigência das Debêntures; (iv) os termos e condições do Resgate Antecipado; (v) alteração ou exclusão de Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (vi) os termos e condições das Garantias.

10.3.3. As alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.4. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora e das Acionistas nas Assembleias Gerais convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS ACIONISTAS

11.1. A Emissora e cada uma das Acionistas, individualmente, conforme aplicável, declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) Existência Societária. É uma sociedade devidamente constituída, validamente existente e em situação regular nos termos da legislação brasileira e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) Licenças, Alvarás e Autorizações. Possui todos os poderes e autoridades necessários e todas as licenças, autorizações, consentimentos, aprovações e alvarás relevantes necessários para deter seus bens e ativos e para conduzir seus negócios como atualmente conduzidos, de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto, sem conflito com os direitos de qualquer outra Pessoa, ressalvados os prazos de obtenção, manifestação, contestação, recurso e renovação, bem como de solicitação de obtenção e renovação permitidos por lei;
- (iii) Autoridade; Efeito Vinculante. Possui todos os poderes societários ou de outra natureza, autoridade e direitos legais para a celebração, formalização e cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita dos quais seja parte, e a Oferta Restrita aqui contemplada foi devidamente autorizada por todos os atos necessários de sua parte; e esta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita, bem como os Contratos do Projeto e os Contratos de Energia dos quais seja parte foram devidamente celebrados e formalizados e constituem sua obrigação legal, válida e vinculante, exequível em conformidade com os seus respectivos termos, sujeito às formalidades indicadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (iv) Inexistência de Violação. A celebração, formalização e cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita da qual seja parte não irão: (a) conflitar ou resultar em uma violação ou exigir qualquer consentimento nos termos de seus documentos societários (salvo os consentimentos que tenham sido obtidos antes da data de celebração desta Escritura de Emissão e que estejam em pleno vigor e efeito e acerca dos quais todas as condições a serem cumpridas tenham sido cumpridas); (b) infringir qualquer disposição de qualquer lei, norma, regulamento, ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, determinação ou decisão atualmente em vigor e aplicável aos mesmos; (c) resultar em uma violação ou constitui um inadimplemento nos termos de qualquer escritura ou contrato de financiamento ou de crédito ou de qualquer outro contrato, locação ou instrumento dos quais seja uma parte ou acerca dos quais esteja ou seus bens estejam vinculados ou afetados, com exceção dos Contratos de Garantia; ou (d) resultar ou exigir a criação ou imposição de qualquer Ônus sobre ou com relação a quaisquer de seus bens ou ativos, salvo se de acordo com os Documentos da Oferta Restrita. Adicionalmente, não está inadimplente em qualquer contrato do qual seja uma parte e que seja relacionado ao Projeto;

- 2014-10
- (v) Aprovações Governamentais. Possui em pleno vigor e eficácia todas as licenças, consentimentos, autorizações e aprovações necessárias, de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto, ressalvados os prazos de obtenção, manifestação, contestação, recurso e renovação, bem como de solicitação de obtenção e renovação permitidos por lei. Nenhuma aprovação governamental ou outro ato por ou relacionado a qualquer autoridade governamental, ou consentimento, autorização, aprovação ou notificação a qualquer Pessoa é exigido ou necessário (a) em relação à celebração, formalização e cumprimento dos Documentos da Oferta Restrita, (b) para a legalidade, validade, efeito vinculante e exequibilidade contra os mesmos dos Documentos da Oferta Restrita, e (c) para a disponibilidade e transferência dos montantes necessários para a realização dos pagamentos nos termos dos Documentos da Oferta Restrita, exceto (c.1) qualquer aprovação governamental ou outro ato ou de outra forma que já tenha sido obtido e esteja em pleno vigor e efeito, ou que deva ser obtido ou realizado nos termos dos Documentos da Oferta Restrita; e (c.2) o registro da AGE da Emissora e desta Escritura de Emissão na Junta Comercial, bem como dos Contratos de Garantia perante os cartórios de registro de títulos e documentos competentes e as formalidades (e.g., notificações à terceiros e anotações em livros de registro de ações) neles previstas, conforme o caso;
- (vi) Inexistência de Evento de Vencimento Antecipado. Não está ocorrendo, nem persiste qualquer Evento de Vencimento Antecipado previsto nesta Escritura de Emissão;
- (vii) Integralidade e Precisão das Informações. Todas as informações fornecidas no âmbito da Oferta Restrita eram verdadeiras, completas e precisas, sob todos os aspectos relevantes, nas datas em que fornecidas e não omitiam em tal data, e não omitem nesta data, em cada caso visto individualmente ou no total, nenhuma informação relevante necessária para que as informações ali contidas, à luz das circunstâncias em que tais informações foram prestadas, não sejam enganosas. Todas as informações fornecidas no âmbito da Oferta Restrita são suficientes para que os Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (viii) Declarações de Tributos e Pagamento. Todas as declarações de rendimentos e demais declarações de tributos que devam, por lei, ser devidamente apresentadas e todos os tributos, incidências e demais encargos governamentais (salvo os que possam ser pagos sem multa) sobre os mesmos ou sobre quaisquer de seus respectivos bens nelas demonstrados foram e estão sendo pagos na medida em que os referidos tributos, incidências e demais encargos governamentais se tornem devidos e vencidos. Os encargos, provisões e reservas constantes das suas demonstrações financeiras a tributos são adequados, sob todos os aspectos relevantes, inexistindo incidências
- CP
A
LB
h

adicionais para qualquer exercício para qualquer pessoa, que exceda de forma significativa as referidas reservas. Não há Ônus fiscais contra quaisquer de seus bens;

- (ix) Obrigações Seniores. As obrigações assumidas pela Emissora em cada um dos Documentos da Oferta Restrita, conforme o caso, constituem suas obrigações seniores diretas, incondicionais e insubordinadas, sujeito às regras aplicáveis a hipótese de recuperação judicial, falência ou insolvência, ao direito: (i) de pagamento, no mínimo, *pari passu*, quanto a todas as demais obrigações e endividamentos, exceção feita às obrigações ou endividamento com preferência obrigatória em virtude da lei aplicável; e (ii) de garantia real, sênior, na extensão da garantia real, a todas as suas demais obrigações ou endividamentos;
- (x) Litígios. Não há processos judiciais, arbitrais, administrativos ou quaisquer procedimentos por ou perante qualquer autoridade governamental, ora em curso ou (em seu conhecimento) iminentes, contra ou que afetem a Emissora e as Acionistas (a) no cumprimento das obrigações relacionadas ou decorrentes desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos da Oferta Restrita ou das operações a eles relacionadas, bem como a sua exequibilidade; (b) que, se determinados adversamente, poderiam no seu entendimento causar uma Mudança Adversa Relevante nas suas operações; ou (c) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou quaisquer dos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (xi) Inexistência de Imunidade. Está sujeito à legislação civil e comercial no que diz respeito às suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Oferta Restrita dos quais sejam parte, e a celebração, formalização e cumprimento desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Oferta Restrita dos quais seja parte constituem atividades particulares e comerciais, e não atos públicos ou governamentais. Os bens da Emissora não possuem qualquer imunidade (de soberania ou de outra natureza) quanto à jurisdição de qualquer tribunal ou compensação ou qualquer processo judicial (seja através de citação ou notificação, penhora pré-judicial, penhora para execução, execução ou de outra forma) nos termos das leis de qualquer jurisdição;
- (xii) Direitos de Garantia. Após, inclusive, a data de sua celebração e formalização e realização dos registros, notificações e anotações previstos nos Contratos de Garantia, os Contratos de Garantia, criam (ou criarão, conforme o caso), em garantia às obrigações supostamente garantidas pelos mesmos, sujeito às disposições do presente e dos mencionados instrumentos, direitos de garantia de primeiro grau, válidos e exequíveis, em favor dos Debenturistas. Adicionalmente, possui justo título sobre todos os bens e direitos dados em garantia, conforme o caso, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus. Nenhum registro ou arquivamento é necessário para aperfeiçoar os direitos de garantia criados nos termos dos Contratos de Garantia, exceto conforme expressamente previsto nos Contratos de Garantia com relação aos registros ou arquivamentos, bem como as notificações a terceiros previstas nos referidos Contratos de Garantia;
- CB
x
CB
h

- (xiii) Ativos. Possui justo título ou direitos reais válidos sobre todos os seus bens móveis e imóveis relevantes ao Projeto. Detém, ou está licenciada ou de outra forma tem direito de uso de todas as patentes, franquias contratuais, licenças, autorizações e demais direitos que sejam razoavelmente necessários para a operação de seus negócios considerando o atual estágio de desenvolvimento do Projeto, sem conflito com os direitos de qualquer outra pessoa, ressalvados os prazos de obtenção, manifestação, contestação, recurso e renovação, bem como de solicitação de obtenção e renovação permitidos por lei;
- (xiv) Limitações Regulatórias. Não está sujeita a nenhuma lei ou regulamento que proíba ou limite as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou de quaisquer Documentos da Oferta Restrita;
- (xv) Ônus. Não há nenhum Ônus constituído sobre ou com relação a qualquer dos ativos da Emissora ou das Acionistas (com exceção da Voltalia Ltda.), exceção feita aos Ônus criados pelos Documentos da Oferta Restrita, não existindo contra a Emissora qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal;
- (xvi) Mudança Adversa Relevante. No melhor conhecimento dos declarantes não existe nada que, individualmente ou em conjunto, cause uma Mudança Adversa Relevante;
- (xvii) Legislação Trabalhista e Legislação Socioambiental. Está, inclusive os seus representantes legais, funcionários e, de acordo com seu conhecimento depois de realizadas todas as devidas investigações e diligências necessárias para tanto, agentes, contratados e prestadores de serviços, em conformidade com: (a) a Legislação Trabalhista; e (b) a Legislação Socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; excetuadas as hipóteses nas quais a aplicação da legislação esteja sendo questionada de boa-fé, de acordo com os procedimentos legais apropriados, tais como medidas liminares, oferecimento de garantias em juízo, tutela antecipada, ou outras medidas com efeitos similares, desde que, em qualquer caso, tenha sido suspensa a exigibilidade da norma em discussão); e que os recursos provenientes da Oferta Restrita não serão destinados a quaisquer finalidades que possam causar qualquer dano ambiental e/ou trabalhista e que não atendam rigorosamente as normas legais e regulamentares ambientais e/ou trabalhistas;
- (xviii) Informações Relevantes. Não omitiu, e se compromete a não omitir, qualquer ato ou fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que resulte em alteração substancial adversa de sua capacidade econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures;

- (xix) Contratação de Dívidas. Não celebrou (com exceção da Voitalia Ltda.) até a presente data quaisquer contratos com suas controladoras para fins de concessão de empréstimos ou garantias, com exceção dos Empréstimos *Intercompany*;
- (xx) Capacidade Financeira. Após a celebração e formalização desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita: (a) (a.1) não estará insolvente, conforme definido ou utilizado em qualquer lei aplicável, (a.2) será capaz de efetuar o pagamento de suas dívidas em geral na medida em que tais dívidas se tornem devidas ou (a.3) não terá um capital pequeno injustificado para atuar em qualquer negócio ou operação, em curso ou contemplada; e (b) suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita não serão consideradas anuláveis nos termos de qualquer lei aplicável;
- (xxi) Documentos e Informações. Os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- (xxii) Agente Fiduciário. Não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão, nem tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xxiii) Outras Ofertas. Tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xxiv) Leis Anticorrupção. Nem a Emissora, as Acionistas, nem seus controladores até o nível da Voitalia e controladas ou, no melhor conhecimento da Emissora (depois de realizadas todas as devidas investigações e diligências necessárias para tanto), nenhum de seus empregados (inclusive conselheiros, diretores ou funcionários no Brasil e/ou no exterior), ou as coligadas e consorciadas da Emissora no âmbito dos respectivos consórcios, sendo certo que, no caso de sociedades estrangeiras entre as sociedades referidas acima nesta cláusula, desde que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, (a) utilizou quaisquer recursos para qualquer contribuição, prêmio, pagamento de entretenimento, ou qualquer outra despesa, que seja ilegal e relacionado à atividade política; (b) efetuou ou agiu em continuidade a uma oferta, promessa ou autorização de qualquer pagamento ou benefício, que seja ilegal, direto ou indireto, a qualquer oficial ou funcionário de autoridade regulatória ou governamental nacional ou estrangeira, incluindo qualquer entidade pertencente ou controlada pelo governo ou por organização pública internacional, ou qualquer pessoa agindo em capacidade oficial para ou em nome de um dos anteriores, ou qualquer partido político ou funcionário de partido político ou candidato a cargo político; (c) conforme aplicável, infringiu ou está infringindo qualquer disposição (c.1) da Lei nº 12.846/2013; (c.2) qualquer legislação ou

regulamentação, seja brasileira ou estrangeira, que implemente regras de antissuborno ou anticorrupção e às quais a Emissora e acionistas diretos e indiretos (até o nível da Voltalia), estejam sujeitas; ou (d) efetuou, ofereceu, concordou, requisitou ou praticou ato em continuidade à qualquer ato de suborno ou outro benefício, que seja ilegal, incluindo, mas não limitado a, desconto ilegal (*rebate*), compensação (*payoff*), tráfico de influência, propina (*kickback*) ou outro pagamento ou benefício ilegal ou impróprio;

(xxv) Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. As operações da Emissora, das Acionistas e de seus respectivos controladores (até o nível da Voltalia) bem como das suas respectivas controladas e coligadas e, no conhecimento das mesmas são conduzidas em conformidade com os requisitos referentes a manutenção de registros e relatórios financeiros aplicáveis, incluindo os requisitos previstos nas Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro aplicáveis em todas as jurisdições onde a Emissora, as Acionistas ou quaisquer de seus controladores (até o nível da Voltalia) e/ou suas respectivas controladas e coligadas conduzem seus negócios, as regras e regulamentações ali previstas e quaisquer regras, regulamentações ou orientações correlatas ou afins, emitidas, administradas ou impostas por qualquer autoridade governamental ou regulatória, inclusive com relação a atos praticados por seus conselheiros, diretores ou funcionários e nenhuma ação, processo ou procedimento por ou perante qualquer juízo ou autoridade governamental ou regulatória, autoridade, órgão ou qualquer árbitro envolvendo a Emissora, as Acionistas ou quaisquer de seus controladores diretos ou indiretos (até o nível da Voltalia), de suas respectivas controladas e coligadas, bem como seus conselheiros, diretores ou funcionários, com relação às Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro está em andamento ou, de acordo com o conhecimento da Emissora e das Acionistas, é iminente;

(xxvi) Tributos. Não existe nenhum imposto sobre renda ou outro tributo, encargo, taxa, dedução ou outra cobrança imposta (através de retenção ou de outra forma) por qualquer autoridade governamental sobre ou em virtude da celebração ou formalização desta Escritura de Emissão, de quaisquer dos demais Documentos da Oferta Restrita ou qualquer outro documento que deva ser entregue nos termos da presente Escritura ou dos referidos instrumentos, exceto qualquer taxa de registro devida aos cartórios competentes, bem como demais tributos, encargos, contribuições ou taxas devidos em face do pagamento das comissões aqui previstas;

(xxvii) Endividamento. Todos os atos de capitalização, endividamento, investimento pela Emissora e pelas Acionistas foram feitas em conformidade com as leis e contratos aplicáveis aos quais a Emissora e as Acionistas estão sujeitas, inclusive os Documentos da Oferta Restrita;

(xxviii) Adimplência. Estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita;

(xxix) Representantes Legais. Os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e,

sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e

- (xxx) Demonstrações Financeiras. As demonstrações financeiras da Emissora, das Outras EPES e das Acionistas apresentadas durante o processo de auditoria da Oferta Restrita, representam corretamente a posição patrimonial e financeira (ativos, passivos e contingências) da Emissora e de cada uma das Acionistas na respectiva data de referência, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, e desde tal data não houve alterações adversas relevantes e nem aumento substancial dos respectivos endividamentos.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARÁ II S.A.

Lote 48, Vila Pará, Zona Rural

Serra do Mel - RN

CEP 59663-000

At.: Sr. Robert Klein/ Sr. Nicolas Thouverez

Tel.: (21) 2221-7190

Fax: (21) 2221-7190 (ramal: 229)

E-mail: financeiro.spa@votalia.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

CEP 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para a Voltalia Ltda.:

VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA.

Rua Bambina nº 135, Botafogo

Rio de Janeiro - RJ

CEP 22251-050

At.: Sr. Robert Klein/ Sr. Nicolas Thouverez

Tel.: (21) 2221-7190

Fax: (21) 2221-7190 (ramal: 229)

E-mail: financeiro.spa@voltalia.com

Para a Serra Pará:

SERRA PARÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Bandeira Paulista nº 275, 1º andar

São Paulo - SP

CEP 04532-010

At.: Sr. Robert Klein/ Sr. Nicolas Thouverez

Tel.: (21) 2221-7190

Fax: (21) 2221-7190 (ramal: 229)

E-mail: financeiro.spa@voltalia.com

Para a Serra Pará I:

SERRA PARÁ I PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Bandeira Paulista nº 275, 1º andar

São Paulo - SP

CEP 04532-010

At.: Sr. Robert Klein/ Sr. Nicolas Thouverez

Tel.: (21) 2221-7190

Fax: (21) 2221-7190 (ramal: 229)

E-mail: financeiro.spa@voltalia.com

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.500, 3º andar,

São Paulo - SP

CEP 04538-132

At.: Simey R. Brandão

Tel.: (11) 3072-6169

E-mail: simey.brandao@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.500, 3º andar,
São Paulo – SP
CEP 04538-132

At.: Simey R. Brandão

Tel.: (11) 3072-6169

E-mail: simey.brandao@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP 01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fax ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração, das informações técnicas e financeiras, ou de qualquer documento que lhe tenha sido ou seja enviado pela Emissora ou por seus colaboradores, com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

12.3.3. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOvespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Novo Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 806 e 815 do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Despesas

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos e despesas necessários e comprovados: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora; (c) inerentes à Emissão; e (d) devidos ao Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador.

12.8. Lei Aplicável

12.8.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro

12.9.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO. SEGUEM PÁGINAS DE ASSINATURAS]

(Página de Assinatura 1/5 do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará II S.A.”)

USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARÁ II S.A.

Nome: **ROBERT DAVID KLEIN**
Cargo: **DIRETOR**

Nome: **Nicolas Thouverez**
CPF: 233.971.118-54
Cargo: **DIRETOR**

15. OFICIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIA
Rua do Ouvidor, 89, Centro (21) 3233-2600 RJ, 18/04/2016
RECONHEÇO por SEMELHANÇA as firmas de
ROBERT DAVID KLEIN
Em testemunho
Mat: 94-9873-ANTONIO BRANDÃO JUNIOR - ESCRIVENTE
Emolumentos 4 94 T.J.+Fundos 1 74 Total 6 68
EBNE26092-RTJ
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15. OFICIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIA
Rua do Ouvidor, 89, Centro (21) 3233-2600 RJ, 18/04/2016
RECONHEÇO por SEMELHANÇA as firmas de
NICOLAS PAUL ANTOINE THOUVEREZ
Em testemunho
Mat: 94-9873-ANTONIO BRANDÃO JUNIOR - ESCRIVENTE
Emolumentos 4 94 T.J.+Fundos 1 74 Total 6 68
EBNE26408-RSD
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

(Página de Assinatura 2/5 do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará II S.A.”)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Caroline Benevenuto C. de Sousa

Nome: **Caroline Benevenuto**
Cargo: **Procuradora**
CPF: 134.563.997-07



(Página de Assinatura 3/5 do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará II S.A.”)

VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA.

Nome: **ROBERT DAVID KLEIN**
Cargo: **DIRETOR**

Nome: **Adriana Bretz**
Cargo: **Adriana P. de Miranda Bretz**
OAB/RJ 170.265



(Página de Assinatura 4/5 do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará II S.A.”)

SERRA PARÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: ROBERT DAVID KLEIN
Cargo: DIRETOR

Nome: Nicolas Thouverez
CPF: 233.971.118-54
Cargo: Diretor



(Página de Assinatura 5/5 do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Vila Pará II S.A.”)

SERRA PARÁ I PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: ROBERT DAVID KLEIN
Cargo: DIRETOR

Nome: Nicolas Thouverez
CPF: 233.971.118-54
Cargo: Diretor

Testemunhas:

Nome: Suzana Gonçalves de A. Gonçalves
CPF: 138.925.861-05

Nome: Natália Sens Fedrigo
CPF: 057.015.359-08
Eng. Civil
CREA-SC 112482-4



ANEXO I

CONTRATOS DO PROJETO

1. Wind Power Project Supply and Installation Agreement, firmado entre a Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Vila Pará I;
2. Wind Power Project Supply and Installation Agreement, firmado entre Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Vila Pará II;
3. Wind Power Project Supply and Installation Agreement, firmado entre a Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Vila Pará III;
4. Wind Power Project Supply and Installation Agreement, firmado entre a Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Amazonas V;
5. Operation & Maintenance Services, firmado entre a Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Vila Pará I;
6. Operation & Maintenance Services, firmado entre a Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Vila Pará II;
7. Operation & Maintenance Services, firmado entre a Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Vila Pará III;
8. Operation & Maintenance Services, firmado entre a Acciona Windpower Brasil Ltda. e a Amazonas V;
9. Contrato BOP (Projeto, Engenharia, Compras, Construção, Fornecimento, Montagem, Comissionamento e Teste do Sistema Elétrico) das Usinas de Energia Elétrica, firmado entre a ATP Soluções em Energia Ltda. e a Vila Pará I, a Vila Pará II, a Vila Pará III e a Amazonas V;
10. Civil Balance of Plant Design, Engineering, Procurement and Construction Contract, firmado entre a Cortez Engenharia Ltda. e a Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Amazonas V.

ANEXO II

Contratos de Energia e Seguros

43

20-4-20
JUN 2014

ANEXO II

CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA NO AMBIENTE REGULADO

1. CCEAR nº 18828/13	2. CCEAR nº 18829/13	3. CCEAR nº 18830/13	4. CCEAR nº 18831/13
5. CCEAR nº 18832/13	6. CCEAR nº 18833/13	7. CCEAR nº 18834/13	8. CCEAR nº 18835/13
9. CCEAR nº 18836/13	10. CCEAR nº 18837/13	11. CCEAR nº 18838/13	12. CCEAR nº 18839/13
13. CCEAR nº 18840/13	14. CCEAR nº 18841/13	15. CCEAR nº 18842/13	16. CCEAR nº 18843/13
17. CCEAR nº 18844/13	18. CCEAR nº 18845/13	19. CCEAR nº 18846/13	20. CCEAR nº 18847/13
21. CCEAR nº 18848/13	22. CCEAR nº 18849/13	23. CCEAR nº 18850/13	24. CCEAR nº 18851/13
25. CCEAR nº 18852/13	26. CCEAR nº 18853/13	27. CCEAR nº 18854/13	28. CCEAR nº 18855/13
29. CCEAR nº 18856/13	30. CCEAR nº 18857/13	31. CCEAR nº 18858/13	32. CCEAR nº 18859/13
33. CCEAR nº 18860/13	34. CCEAR nº 18861/13	35. CCEAR nº 18862/13	36. CCEAR nº 18868/13
37. CCEAR nº 18689/13	38. CCEAR nº 18690/13	39. CCEAR nº 18691/13	40. CCEAR nº 18692/13
41. CCEAR nº 18693/13	42. CCEAR nº 18694/13	43. CCEAR nº 18695/13	44. CCEAR nº 18696/13
45. CCEAR nº 18697/13	46. CCEAR nº 18698/13	47. CCEAR nº 18699/13	48. CCEAR nº 18700/13
49. CCEAR nº 18701/13	50. CCEAR nº 18702/13	51. CCEAR nº 18703/13	52. CCEAR nº 18704/13
53. CCEAR nº 18705/13	54. CCEAR nº 18706/13	55. CCEAR nº 18707/13	56. CCEAR nº 18708/13
57. CCEAR nº 18709/13	58. CCEAR nº 18710/13	59. CCEAR nº 18711/13	60. CCEAR nº 18712/13
61. CCEAR nº 18713/13	62. CCEAR nº 18714/13	63. CCEAR nº 18715/13	64. CCEAR nº 18716/13
65. CCEAR nº 18717/13	66. CCEAR nº 18718/13	67. CCEAR nº 18719/13	68. CCEAR nº 18720/13
69. CCEAR nº 18721/13	70. CCEAR nº 18722/13	71. CCEAR nº 18723/13	72. CCEAR nº 18724/13
73. CCEAR nº 18725/13	74. CCEAR nº 18726/13	75. CCEAR nº 18727/13	76. CCEAR nº 18728/13
77. CCEAR nº 18729/13	78. CCEAR nº 18730/13	79. CCEAR nº 18731/13	80. CCEAR nº 18732/13
81. CCEAR nº 18733/13	83. CCEAR nº 18734/13	85. CCEAR nº 18735/13	87. CCEAR nº 18736/13

4
1873

CB

12

00-13
2023

- | | | | | | | | |
|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|
| 82. | CCEAR nº 18737/13 | 84. | CCEAR nº 18738/13 | 86. | CCEAR nº 18739/13 | 88. | CCEAR nº 18740/13 |
| 89. | CCEAR nº 18741/13 | 90. | CCEAR nº 18742/13 | 91. | CCEAR nº 18743/13 | 92. | CCEAR nº 18744/13 |
| 93. | CCEAR nº 18745/13 | 94. | CCEAR nº 18746/13 | 95. | CCEAR nº 18747/13 | 96. | CCEAR nº 18748/13 |
| 97. | CCEAR nº 18749/13 | 98. | CCEAR nº 18750/13 | 99. | CCEAR nº 18751/13 | 100. | CCEAR nº 18752/13 |
| 101. | CCEAR nº 18753/13 | 102. | CCEAR nº 18754/13 | 103. | CCEAR nº 18755/13 | 104. | CCEAR nº 18756/13 |
| 105. | CCEAR nº 18757/13 | 106. | CCEAR nº 18758/13 | 107. | CCEAR nº 18759/13 | 108. | CCEAR nº 18760/13 |
| 109. | CCEAR nº 18761/13 | 110. | CCEAR nº 18762/13 | 111. | CCEAR nº 18763/13 | 112. | CCEAR nº 18764/13 |
| 113. | CCEAR nº 18765/13 | 114. | CCEAR nº 18766/13 | 115. | CCEAR nº 18767/13 | 116. | CCEAR nº 18768/13 |
| 117. | CCEAR nº 18769/13 | 118. | CCEAR nº 18770/13 | 119. | CCEAR nº 18771/13 | 120. | CCEAR nº 18772/13 |
| 121. | CCEAR nº 18773/13 | 122. | CCEAR nº 18774/13 | 123. | CCEAR nº 18775/13 | 124. | CCEAR nº 18776/13 |
| 125. | CCEAR nº 18777/13 | 126. | CCEAR nº 18778/13 | 127. | CCEAR nº 18779/13 | 128. | CCEAR nº 18780/13 |
| 129. | CCEAR nº 18781/13 | 130. | CCEAR nº 18782/13 | 131. | CCEAR nº 18783/13 | 132. | CCEAR nº 18784/13 |
| 133. | CCEAR nº 18785/13 | 134. | CCEAR nº 18786/13 | 135. | CCEAR nº 18787/13 | 136. | CCEAR nº 18788/13 |
| 137. | CCEAR nº 18789/13 | 138. | CCEAR nº 18790/13 | 139. | CCEAR nº 18791/13 | 140. | CCEAR nº 18792/13 |

h
X
HB
CB

ANEXO II

SEGUROS

1. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-03-0010073 emitida em favor da Vila Pará I pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
2. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-07-0010078 emitida em favor da Vila Pará I pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
3. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-07-0010070 emitida em favor da Vila Pará II pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
4. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-03-0010069 emitida em favor da Vila Pará II pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
5. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-07-0010068 emitida em favor da Vila Pará III pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
6. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-03-0010071 emitida em favor da Vila Pará III pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
7. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-07-0010072 emitida em favor da Vila Amazonas V pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
8. Apólice de Seguro Garantia nº 37-0776-03-0010067 emitida em favor da Vila Amazonas V pela Pottencial Seguradora S.A. em 2 de fevereiro de 2016;
9. Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia nº 100.67.00002351 emitida em favor da Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Vila Amazonas V pela Travelers Seguros Brasil S.A. em 18 de janeiro de 2016;
10. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil nº 100.51.00002773 emitida em favor da Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Vila Amazonas V pela Travelers Seguros Brasil S.A. em 18 de janeiro de 2016;
11. Apólice de Seguro Garantia nº 19-0776-07-0009255 emitida em favor da Vila Pará I pela Pottencial Seguradora S.A. em 15 de setembro de 2015;
12. Carta de Fiança nº 985452 celebrada entre Pottencial Seguradora S.A. e Vila Pará I em 15 de setembro de 2015;

h
+
UTB

13. Contrato de Promessa de Operação de Fiança nº 985452 celebrado entre Pottencial Seguradora S.A. e Vila Pará I em Pottencial Seguradora S.A. e Vila Pará I em 15 de setembro de 2015;
14. Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia nº 50.004421 emitida pela Yasuda Marítima Seguros em favor da ATP Soluções em Energia Ltda. em 16 de outubro de 2016;
15. Apólice de Seguro Garantia nº 04-0775-0218084 emitida pela J. Malucelli Seguradora S.A. em favor da Vila Pará I em 15 de maio de 2015;
16. Apólice de Seguro Garantia nº 04-0775-0218085 emitida pela J. Malucelli Seguradora S.A. em favor da Vila Pará II em 15 de maio de 2015;
17. Apólice de Seguro Garantia nº 04-0775-0218086 emitida pela J. Malucelli Seguradora S.A. em favor da Vila Pará III em 15 de maio de 2015;
18. Apólice de Seguro Garantia nº 04-0775-0218083 emitida pela J. Malucelli Seguradora S.A. em favor da Vila Amazonas V em 15 de maio de 2015;
19. Downpayment Bond nº 1500GA2110989831 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Amazonas V em 22 de junho de 2015;
20. Performance Bond nº 1500GA2110989980 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Amazonas V em 2 de julho de 2015;
21. Performance Bond nº 1500GA2110990040 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Amazonas V em 7 de julho de 2015;
22. Downpayment Bond nº 1500GA2110989830 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará I em 22 de junho de 2015;
23. Performance Bond nº 1500GA2110989982 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará I em 2 de julho de 2015;
24. Performance Bond nº 1500GA2110990042 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará I em 7 de julho de 2015;
25. Downpayment Bond nº 1500GA2110989833 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará II em 22 de junho de 2015;
26. Performance Bond nº 1500GA2110989981 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará II em 2 de julho de 2015;
27. Performance Bond nº 1500GA2110990039 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará II em 7 de julho de 2015;

28. Downpayment Bond nº 1500GA2110989832 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará III em 22 de junho de 2015;

29. Performance Bond nº 1500GA2110989983 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará III em 2 de julho de 2015;

30. Performance Bond nº 1500GA2110990041 celebrado entre Banco Santander S.A. e Vila Pará III em 7 de julho de 2015;

31. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil nº 08737.2015.01.0351.000821 emitida pela AIG Seguros Brasil S.A. em favor da Vila Amazonas V em 28 de agosto de 2015;

32. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil nº 08737.2015.01.0351.000820 emitida pela AIG Seguros Brasil S.A. em favor da Vila Pará I em 28 de agosto de 2015;

33. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil nº 08737.2015.01.0351.000815 emitida pela AIG Seguros Brasil S.A. em favor da Vila Pará II em 28 de agosto de 2015;

34. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil nº 08737.2015.01.0351.000816 emitida pela AIG Seguros Brasil S.A. em favor da Vila Pará III em 28 de agosto de 2015;

35. Apólice de Seguro de Risco de Engenharia nº 16.67.8150013.12 emitida pela ACE Seguros Soluções Corporativas S.A. em favor da Vila Amazonas V em 21 de dezembro de 2015;

36. Apólice de Seguro de Risco de Engenharia nº 16.67.8150011.12 emitida pela ACE Seguros Soluções Corporativas S.A. em favor da Vila Pará I em 17 de dezembro de 2015;

37. Apólice de Seguro de Risco de Engenharia nº 16.67.8150010.12 emitida pela ACE Seguros Soluções Corporativas S.A. em favor da Vila Pará II em 15 de dezembro de 2015; e

38. Apólice de Seguro de Risco de Engenharia nº 16.67.8150015.12 emitida pela ACE Seguros Soluções Corporativas S.A. em favor da Vila Pará III em 21 de dezembro de 2015.

